

Comissão propõe reduzir gastos

A Comissão Mista de Orçamento vai discutir terça-feira próxima a proposta de redução de dois trilhões e 100 milhões de cruzeiros, a preços de abril de 1991, na despesa fixada nos orçamentos fiscal e de

seguridade para 1992. A sugestão, foi feita ontem pelo vice-líder do PFL na Câmara dos Deputados, Messias Gois (SE), relator do anexo que trata da receita da União e da reserva de contingência.

A receita seria reduzida em dois trilhões e 700 milhões de cruzeiros, quantia que consta no projeto de orçamento do governo como resultado de esforço extraordinário de arrecadação de receitas federais e cobrança de uma parte da dívida ativa da União.

Descredito

O deputado ressaltou que ninguém acredita no esforço de arrecadação do Governo. "Ninguém quer assumir que o País está quebrado, que a arrecadação está caindo, e que o Congresso tem que cortar o orçamento para equilibrar as despesas com a receita efetiva da União", sustenta Gois. Ontem, durante a reunião da comissão, a proposta do vice-líder do PFL caiu no vazio. "O sistema é presidencialista e o Congresso não tem direito de reduzir a receita", reagiu o vice-líder do PSDB no Senado, Chagas Rodrigues (PI).

A maior preocupação de Gois é que os relatores parciais do projeto de orçamento da União estão acreditando emendas contando com recursos da receita total do projeto do governo (Cr\$ 51,3 trilhões, a preços de abril de 1991). "Estão querendo tapar o sol com a peneira de novo", assinala o parlamentar, referindo-se à receita extra aprovada no ano passado, pela Comissão Mista de Orçamento, para ser incluída na lei orçamentária. Como a União não tinha recursos, decidiu contingenciar o orçamento.

Gois acredita que, se o Congresso aprovar ainda este ano o pacote fiscal do Executivo, parte do ganho que a União teria (estimado em US\$ 12 bilhões pelo governo ou Cr\$ 8,8 trilhões), poderá ser deslocado para compensar a frustração com o esforço extraordinário de arrecadação e a cobrança da dívida ativa. Até a discussão do anexo sobre a receita, a Comissão Mista de Orçamento aprovou 9 relatórios parciais, de um total de 67. (A.E.)